25 de Abril! - Em Loja!

Biblioteca Maçónica do Baixo Mondego

AQUI ABRIL ! OCUPEM OS VOSSOS LUGARES

Evocar este luminoso dia é honrar a memória de Homens que na Ditadura Militar e ao longo do Estado Novo souberam, tolerando privações e prejuízos irreparáveis, caminhar firme e de rosto levantado, a bem da **Justiça** e da **Liberdade**, pela **Democracia**, em direção à Luz. A perseguição à Maçonaria e aos livres-pensadores foi evidente e mesmo que a força da organização maçónica tenha diminuído, o combate dos seus membros contra o despotismo e a ditadura jamais foi negado. Os laços fraternais desses homens de mérito e virtude eram sólidos e inquebrantáveis, nunca cederam. A resistência à ditadura soube contar individualmente com todos eles.

50 anos passados desse "dia inicial inteiro e limpo", ainda podemos sentir a alegria, o clamor da Liberdade e o regozijo desses homens livres. Com eles sabemos hoje reinventar as palavras, recuperar o belo e a dignidade da vida, reconstruir a poética da **Liberdade**, conceber a esperança da **Igualdade** e exaltar a **Fraternidade**. Por isso, será justo salientar alguns desses obreiros que imediatamente após o 25 de Abril ergueram o **Grande Oriente Lusitano – Maçonaria Portuguesa**: Abílio Mendes, Acácio Gouveia, Adelino da Palma Carlos, Adosindo de Sousa Leite, Álvaro de Ataíde, Amadeu Gaudêncio, Américo Amorim Leitão, António H. Oliveira Marques, Armando Adão e Silva, Barbosa Sueiro, Carlos Pereira, Carlos Sá Cardoso, Gamboa Vaz, Henrique Corte Real, Joaquim de Araújo e Sá, José Eduardo Simões Coimbra, José Magalhães Godinho, Luís Gonçalves Rebordão, Luís Hernâni Dias Amado, Marco Elias Lúcio, Nuno Rodrigues dos Santos, Ramon Nonato de la Feria, Vasco da Gama Fernandes, Viveiros Pinto.

A todos eles, a nossa Gratidão.

Borges Grainha | Leonardo

DA PERSEGUIÇÃO À RESISTÊNCIA (1926-1974) - NOTA BREVE

A Ditadura militar resultante do 28 de Maio de 1926 foi, logo em 1927, denunciada como aniquiladora do pensamento e da livre expressão pelo **Grande Oriente Lusitano Unido** [GOLU], embora alguns dos chefes militares fossem maçons (Óscar Carmona, Mendes Cabeçadas, Armando da Gama Ochoa, Vieira da Rocha) e apesar de contar com a cumplicidade de muitos pedreiros-livres. Não tendo sido o golpe militar orientado diretamente contra a Maçonaria, porque visava antes o afastamento do "Partido Democrático" de Afonso Costa do poder, e não tendo o **GOLU** - ressurgido (8 de Março 1926) do acordo de união dos irmãos desavindos do GOL e do denominado Grémio Luso-Escocês - reagido oficialmente, foi evidente que individualmente alguns maçons conspiraram e lutaram contra a Ditadura, foram perseguidos, presos e deportados. Foi disso exemplo as tentativas de sublevação contra a Ditadura, como as ocorridas nos dias **3, 4 e 7 de Fevereiro de 1927**, implicando destacados obreiros da Obediência (ver Circular de 1 de Abril de 1927). Em fins de 1926, o **GOLU** contava 115 oficinas e 3153 maçons.

Aparentemente legal, a Maçonaria **prosseguia** os seus trabalhos promovendo importantes eventos nacionais (a evocação de Gomes Freire de Andrade, a comemoração do 31 de Janeiro 1891 e do 5 de Outubro 1910) embora tenha procedido a algumas medidas internas de segurança nas comunicações (utilização sempre de nomes simbólicos). Porém, **a partir de 1929** a situação agrava-se consideravelmente depois do assalto ao Palácio Maçónico (**16 de Abril**) pela GNR e pela Polícia que identificou todos os maçons ali presentes à excepção dos oficiais militares, ao mesmo tempo que foram destruídos templos e estatuária, livros e documentos, tendo no final as autoridades proibido reuniões. Refira-se que dias antes, na noite do dia **11 de Abril**, as instalações das **Lojas de Coimbra**, A Revolta, Redenção e Portugal, localizadas no prédio da **Rua das Covas** (ou Borges Carneiro) ao n.º 15, foram assaltadas pela polícia, enquanto decorria uma sessão da **Loja Redenção**, levando à detenção de dezoito maçons. Portanto, os ataques contra a Ordem ganham um cariz intimidatório ou persecutório, de muita gravidade, o que leva o **GOLU** a decretar a "triangulação de todas as lojas" (**11 de Junho 1929**), caindo abruptamente as suas atividades, até porque as oficinas ficaram privados da sua sede principal, entre Maio de 1929 a Março 1930. A partir dessa data as reuniões estavam restritas a 10 pessoas, não podendo permanecer no edifício mais de 20 indivíduos. Compreende-se a gravidade da situação.

A partir de Dezembro de 1930 a 31 de Janeiro de 1931, o Palácio Maçónico foi encerrado e depois, a **18 de Maio de 1931** (por ordem do antigo maçon **António Lopes Mateus**, Ministro do Interior), assaltado e de novo encerrado. A repressão aumentou contra as lojas e a Obediência à medida que se consolidava a Ditadura e o Estado Novo, com a correspondente prisão, exílio e deportação de obreiros. No final de 1933 existiam menos de 50 oficinas e contavam-se à volta de 1500 obreiros. E não espantou que, a reboque das campanhas difamatórias dos periódicos católicos-integralistas, tenha sido apresentado (**19 de Janeiro de 1935**) pelo deputado nacional-sindicalista e católico fervoroso, **José Cabral**, um projeto-lei na Assembleia Nacional (elaborado por Abel de Andrade, baseado nos elementos fornecidos pelo maçon "a coberto" e militar, apoiante da Ditadura, **António Vicente Ferreira**) proibindo as chamadas "Associações Secretas", onde se incluía a Maçonaria, com gravosas penalidades no seu incumprimento. Apesar do incontornável artigo de **Fernando Pessoa** (**4 de Fevereiro 1935**) em defesa da Ordem e da Carta-protesto do **GM Norton de Matos** ao presidente da Assembleia da República (o ex-maçon, Alberto dos Reis), a **lei n.° 1901, de 21 de Maio de 1935**, saía no Diário do Governo, ilegalizando a Maçonaria. Por sua vez, o **Grémio Lusitano** foi dissolvido (Lei n.º 1950 de 18 de Fevereiro de 1937) e o Palácio Maçónico foi confiscado e cedido à Legião Portuguesa.

A 31 de Março de 1935, Norton de Matos renuncia ao cargo de GM do GOLU, a Maçonaria entra na clandestinidade e passará por tempos muito conturbados, mas nunca desfaleceu. Em vésperas do 25 de Abril de 1974, a historiografia maçónica diz-nos que estavam mais ou menos ativas as **Lojas Liberdade**, **Simpatia e União**, **José Estevão** (todas de Lisboa) e **A Revolta**, de Coimbra, porém com regularidade apenas as duas primeiras funcionavam. Outras oficinas reuniam esporadicamente os seus membros, sem no entanto se conhecer os seus trabalhos, como foi o caso da **Loja Fernandes Tomás**, a Oriente da Figueira da Foz. Refira-se que era difícil para o **GOLU** reconstruir uma estrutura de funcionamento sólida e coesa, em circunstâncias de muita hostilidade e na presença de um antimaçonismo primário, embora jamais se perdesse os laços de fraternidade e de esperança, porque onde está um maçon está a Maçonaria.

Luís Gonçalves Rebordão (1894-1976)

Em **Coimbra** e região bem cedo germinou a Instituição Maçónica (data de 1773 a 1.º loja em Coimbra e, em 1863, o estabelecimento de um triângulo na Figueira, filial da Loja Liberdade de Coimbra), ocupando um lugar proeminente entre os Irmãos, sendo ao longo de séculos credora dos maiores louvores, pelo aperfeiçoamento iniciático dos seus obreiros e na memória dos seus trabalhos em defesa da Liberdade. As oficinas e os maçons de **Coimbra** e da **Figueira da Foz** mereceram a estima e o afeto dos homens livres e de coração aberto, resistindo em circunstâncias muito difíceis ao despotismo e à tirania, no segredo das lojas e individualmente no trabalho associativo e cívico fora das Lojas, exaltando os sublimes princípios da Liberdade. A família maçónica ao Vale do Mondego no **final de 1926** era composta pelas **Lojas Portugal**, **Redenção** e **A Revolta**, em Coimbra; na Figueira da Foz trabalhavam as **Lojas Luz e Harmonia** e a **Loja Fernandes Tomás**.

Respiguemos uma brevíssima anotação, embora muito incompleta, da resistência dos maçons e das oficinas à Ditadura, em Coimbra e na região, a partir de 1927: a **Loja A Revolta**, em Coimbra, protege e edita (9 de Abril 1927) o periódico republicano académico ***Gente Nova*** (direção de Carlos Cal Brandão e Vitorino Nemésio), que será o órgão do Centro Republicano Académico de Coimbra; em Julho de 1927 é distribuído pelos estudantes de Coimbra, com predomínio de obreiros de **A Revolta**, o Manifesto "Ao País" da Liga de Defesa da República; **José Rafael Sampaio** (Loja Fernandes Tomás) é deportado para África e **Adelino Ferreira Mesquita** (da mesma oficina) é preso e julgado (1927); **Floro Henriques** (Loja Portugal) é deportado para S. Tomé (Outubro 1927-1932); em 29 de Janeiro de 1928, é iniciado no Loja A Revolta, **Mário Cal Brandão** e em 24 de Março, **Emídio Guerreiro** (n.s. Lenine); o funeral do GM do GOLU, **Magalhães Lima**, no dia 9 de Dezembro de 1928, transforma-se num grandioso cortejo de republicanos e maçons, com forte representação de Lojas de Coimbra; **Tomás da Fonseca** (VM da Loja Portugal) é preso em 1928; em 23 de Julho de 1928 é preso, na célebre "República das Águias" (Coimbra), **Mário Cal Brandão** (secretário da Loja A Revolta) e o seu irmão **Silo**; em 1 de Maio de 1929 é fundada, em Lisboa, a **Loja Rebeldia**, filial de A Revolta, e o VM eleito foi **Luís Gonçalves Rebordão**; em 14 de Novembro de 1929 ocorre um grave conflito entre o C.O. do GOLU e a **Loja A Revolta**, tendo sido irradiados 22 dos seus membros; no primeiro aniversário (Dezembro de 1929) da morte do antigo grão-mestre, **Magalhães Lima**, as Lojas de Coimbra promovem uma sessão conjunta; em 28 de Fevereiro de 1930, é iniciado no Loja A Revolta, **Flausino Torres**; em 7 de Abril é instalado o **triângulo n.° 287** ao "Vale da Vila da Irmânia" (Marmeleira, Mortágua); em Junho de 1930 é enviado o pedido de criação da **Loja Labareda**, composta pelos membros irradiados de **A Revolta**, mas não foi autorizado; na noite de 11 de Junho de 1930, a sessão da **Loja Portugal** foi interrompida pela Polícia de Informação e presos todos os presentes; em 31 de Dezembro de 1930, a Loja Redenção tinha um

[*continua na última página*]

HISTÓRIA DA MAÇONARIA APÓS O 25 ABRIL 1974

Na tarde do dia **26 de Abril de 1974**, passeava eu na Praça de Londres com o Ilustre Irmão **Dr. Dias Amado**. Falávamos das relações que existiam entre mim e o **pai do Alm. Pinheiro de Azevedo**. Ele era mação e tinha tomado parte na minha iniciação, no Lobito, Angola, em casa do Administrador de Província, de apelido Graça. Havia igualmente uma grande afinidade de ideias entre mim e o próprio Almirante, e sempre mantivemos relações de Amizade. Fomos companheiros em conspirações contra o regime de **Salazar**, tendo entrado em, pelo menos, duas revoluções que abortaram (...) Estes factos vieram à conversa no meu passeio com o Ilustre Irmão **Dr. Dias Amado**. Assentámos então em eu fazer uma diligência no sentido de nos ser restituído o nosso Palácio, sito na antiga Rua do Grémio Lusitano, nº 25, em Lisboa.
Acontece que nesse dia, á noite, encontrei casualmente o nosso Ilustre Irmão **Dr. Adão e Silva**, com quem acordei ir a casa do **Alm. Pinheiro de Azevedo**, nessa mesma noite. Chegámos lá por volta das 22 horas, tendo sido recebidos pela Esposa, que nos disse que o marido deveria demorar. Mesmo assim, resolvemos esperar (...) tendo o Almirante chegado por volta das 2 horas da manhã. Expusemos rapidamente o assunto que ali nos levara. Acordou-se em nos encontrarmos na tarde desse mesmo dia, na Junta de Salvação Nacional, na Cova da Moura. Lá fomos conforme o combinado, mas agora acompanhados pelo Ilustre Irmão **Dr. Dias Amado**. O Almirante pôs-nos em contacto com o **Alm. Rosa Coutinho** e outro oficial meu conhecido, de nome Pinheiro, que foram de uma amabilidade sem limites e nos prometeram atender a nossa pretensão. Seguiram-se várias deslocações à Cova da Moura e diversas diligências e demonstrações de que o Palácio era propriedade do **Grémio Lusitano**. Quer na Conservatória quer na matriz predial, mantinha-se em nosso nome. Nestas várias deslocações fomos sempre os mesmos a tratar do assunto: os Ilustres Irmãos **Dr. Dias Amado**, **Dr. Adão e Silva** e o signatário.
O Palácio encontrava-se então ocupado por uma força do Exército (...) No dia 3 de Maio, a Junta de Salvação Nacional transferiu-se da Cova da Moura para o Palácio dc Belém. Nesse mesmo dia fui a Belém com o **Irmão Pasteur**. [E] Para divulgar a legitimidade da nossa propriedade sobre o Palácio, redigimos (...) comunicado, que foi **publicado na imprensa de Lisboa no dia 7 de Maio de 1974**. **O Palácio foi-nos restituído poucos dias depois**. Transcreve-se o documento de restituição, assinado pelo **Alm. Rosa Coutinho**.

"*Certifica-se que o prédio sito na Travessa do Guarda-Mor nº 25 (descrição 1915 a fls 18 do Livro 13-5) é pertença do Grémio Lusitano, a quem nesta data é devolvida a propriedade do referido imóvel. Junta de Salvação Nacional, em Belém, 7 de Maio de 1974*".

(...) Quando a Maçonaria passou a trabalhar à luz do dia, os seus corpos directivos eram os seguintes: Grão-Mestre: **Luis Gonçalves Rebordão**; Grão-Mestre Adjunto: **Luís Hernâni Dias Amado**. O **Irmão Pasteur** organizou a Grande Tesouraria Geral da Ordem tendo actualizado a Tabela de Emolumentos (...) A nossa situação económica era de facto muito grave. Conseguiram-se alguns donativos de Obediências estrangeiras e de alguns Irmãos da nossa Augusta Ordem
Quando decorriam as diligências de restituição do Palácio ao Grémio Lusitano, seu legítimo proprietário, tentou o Partido Social Democrata (ao tempo **Partido Popular Democrático**) obter o imóvel para sua sede, o que ia acontecendo por meio de um pedido que fez ao Movimento das Forças Armadas e que este deferiu. Este resultado somente por lapso se pode admitir. Face ao ocorrido, eu e o Ilustre Irmão **Dr. Dias Amado** dirigimo-nos à Junta de Salvação Nacional onde nos avistámos com o **Alm. Rosa Coutinho** que, ao tomar conhecimento do assunto, imediatamente telefonou ao **Ten. Cor. Firmino Miguel** a desfazer o equívoco. Ao mesmo tempo, fizemos publicar na imprensa de Lisboa o comunicado (...) sobre a propriedade do Palácio por parte do Grémio Lusitano. O Conservatório Nacional também desejou anexar o Palácio às suas instalações, mas desistiu face à nossa clara afirmação da sua propriedade (...)
A **PIDE**, na sua escola em Sete Rios tinha organizado um museu maçónico, onde guardava abundante documentação: medalhas, insígnias, retratos, bandeiras, documentos, etc. Esta Escola estava guardada por uma força da Marinha. Ali se deslocou o signatário na companhia dos Irmãos **Dias Amado**, **Adão e Silva**, **Pasteur**, **Oliveira Marques** e **Marco Elias Lúcio**, em 9 de Maio de 1974. Concluída a visita, ficaram no Museu os Irmãos **Oliveira Marques** e **Marco Elias Lúcio** a fazer o inventário de toda a existência, tendo produzido um documento que hoje pertence ao arquivo da Ordem. Alguns dias após a visita ao **Museu da PIDE**, dirigi-me à Cova da Moura para obter a autorização de retirada do material ali existente. À noite desse mesmo dia recebi um telefonema do oficial que comandava a guarda ao Museu a prevenir-me de

José Eduardo Simões Coimbra

que os objectos estavam a ser desviados e de que, se não fosse lá imediatamente, não encontrava nada. Infelizmente pouco se recuperou do muito que lá existia (...) Ficámos na posse do nosso Palácio em **7 de Maio de 1974**. Em face do estado miserável em que o mesmo se encontrava, tivemos de pensar em obras que o colocassem em condições de ser utilizado. O Irmão **Gomes Freire 32** ofereceu-se para mandar dois trabalhadores seus para o Palácio a fim dc tornar possível que ali nos reuníssemos. O Irmão **Pasteur** defendeu a tese de que deveria ser encarada a restauração imediata de todo o prédio, contratando-se o trabalho com uma empresa de obras públicas com capacidade financeira, que aceitasse receber o pagamento à medida que o Grémio fosse realizando dinheiro. Houve uma reunião em casa do Ilustre e Poderoso Irmão **Dias Amado** para análise desta tese, concluindo-se pela sua aceitação. Diversos Irmãos avistaram-se com o Irmão **Amadeu Gaudêncio**, proprietário da empresa de obras públicas Amadeu Gaudêncio, SARL, que se prontificou a restaurar o edifício, em parte, com a condição de pagamento a longo prazo (...)

Logo após a devolução do Palácio ao **Grémio Lusitano**, começámos a localizar todo o material que dele foi retirado quando passou a ser ocupado pela Legião Portuguesa, e a pedir a sua devolução a quem de direito. Verificámos assim que a maior parte dos livros se encontrava na **Biblioteca do Ministério das Finanças**, à Rua de Santa Maria, no **Instituto Hidrográfico**, e na **Biblioteca Popular de Lisboa**. Contactámos com os respectivos Directores, que foram de uma grande amabilidade. Procedemos aos seus inventários e ao transporte para o nosso Palácio. Os livros que se encontravam no **Instituto Hidrográfico** tinham sido transferidos para um barracão na Amora. Ali fomos escolher os que tinham o carimbo do Grémio Lusitano e fazer o seu transporte em viatura amavelmente cedida pelo então Director do Instituto, **Alm. Barahona Fernandes**. Os quadros a óleo de **Magalhães Lima**, **Cândido dos Reis**, **Miguel Bombarda** e outros, espadas, balandraus, urnas, caveiras e outros artigos dos rituais, e impressos da Ordem encontravam-se no sotão do Ministério das Finanças que ali tinham sido escondidos por um funcionário daquele Ministério, que era irmão de um nosso Irmão. Tinha-lhe sido dado ordem para vender ou destruir aquele material. Foram os Irmãos **Dias Amado**, **Adão e Silva** e o signatário que recolheram todo aquele material e o transportaram nos seus carros para o Palácio (...)
Na segunda metade de **Maio de 1974**, estava definitivamente ultrapassada a longa noite de perto de meio século em que a **Maçonaria Portuguesa** viveu nas trevas (...)

José Eduardo Simões Coimbra, *História da Maçonaria em Portugal após o 25 de Abril de 1974*, in ***Revista do Grémio Lusitano*, n.° 1**, Novembro de 1997, p. 9 e ss - com sublinhados nossos; **FOTO**, *idem ibidem*.

quadro de 63 obreiros ativos; em 4 de Fevereiro de 1931 publica-se o periódico, sob os auspícios de **A Revolta**, ***Mundo Novo*** (4 numrs); em 1931 (13 de Fevereiro), o maçon **António Augusto Franco** (n.s. Pedro Nunes), fixa-se em Miranda do Corvo; em 7 de Fevereiro de 1931 é instalada a **Loja Germinal**, na Figueira da Foz (Albano Duque, Fausto Pereira de Almeida), filial da Loja A Revolta (sede na Rua da Lomba, n.º 41); o Grande Secretário do GOLU, Cândido de Carvalho, reúne-se (1931) em Coimbra com Tomás da Fonseca e Joaquim de Carvalho, para solucionar um problema havido ente o GOLU e a Loja A Revolta; no ano de 1931, a **Loja Redençã**o, n.º 285, abate colunas; durante o ano de 1931 averiguou-se que um funcionário da Tipografia Minerva Peninsular (pertença do Grémio Lusitano) facultava documentos internos do GOLU ao diretor de A Voz, Fernando de Sousa; em Outubro de 1931 os elementos irradiados de **A Revolta** de 1929 regressam ao **GOLU** (Decreto n.º 43, 1932); em 2 de dezembro de 1931 é instalada a **Loja Construir**, n.º 451, sendo o seu VM Tomás da Fonseca (n.s. Michelet); no ano de 1932, **António Augusto Franco** e **Basílio Lopes Pereira** reestabelecem redes de sociabilidade maçónica e instalam oficinas por todo o país; data deste ano a fundação da **Loja Revoltar** (Almada); em 13 de Maio de 1932 é VM de A Revolta **Abílio Fernandes** (n.s. Darwin); em 1932 são fundados os triângulos da Lousã e de Vila Nova de Poiares; em 1932 a **Loja Portugal** tem um quadro de 45 obreiros; em 12 de Fevereiro de 1933, a **Loja A Revolta** tinha um quadro de 35 obreiros ativos, quando em 31 de Dezembro de 1932 tinha registado 80; em 21 de Maio de 1933 uma grandiosa manifestação do CRAC em homenagem ao republicano José Falcão percorreu a cidade de Coimbra; em 1933, foi instalada a nova **Loja Redenção**, n.º 466, existindo no final desse ano 24 obreiros e o seu VM era o tenente-coronel da GNR, **Luís José da Mota**; em 13 de Maio de 1934 (Lisboa) foi inaugurado o monumento ao Marquês de Pombal, no que foi a última grande manifestação pública sob os auspícios da Maçonaria; no ano de 1934 é fundado o triângulo de Anadia, nº 359; pela circular do CO do GOLU, de **16 de Março de 1935**, estavam em atividade 85 Lojas e 69 triângulos; em 1935, como consequência da ilegalização da Maçonaria, várias Lojas abatem colunas e a **Loja Redenção**, informou pelo seu VM que iria inutilizar o seu arquivo; as **Lojas Portugal**, **A Revolta** e **Construir**, continuaram a funcionar; em Dezembro desse ano, foi reativada a **Loja Redenção**, ficando António Oliveira (n.s. Adelino Veiga) como VM; em 1935, o chefe da estação de Coimbra, **António José Brandão**, recebia secretamente a correspondência reservada oriunda do CO do GOLU; nesse ano, a **Loja Construir** recebia o correio através de um obreiro residente em Mortágua; ainda neste ano, está ativa a **Acção Anticlerical e Antifascista** (AAA), constituída por maçons (Basílio Lopes Pereira, José Ferreira da Costa, Orlando Juncal, João da Palma Carlos, Alexandre Babo) de Lisboa, Coimbra (Joaquim Namorado, Armando de Castro, Ivo Cortesão) e Figueira da Foz (José Rafael Sampaio); no final de 1935 surge o **Bloco Académico Antifascista** (BAAF), que publicou o periódico clandestino ***Barricada*** (n.º1, Março 1936); em 24 de Maio de 1936, é preso na mata do Buçaco, numa reunião com dezenas de maçons, **António Augusto Franco**; em 1936, o obreiro da Loja Fernandes Tomás, **António Augusto Esteves** (Carlos Sombrio), cria a tertúlia "Coração, Cabeça e Estômago", reunindo intelectuais da Figueira e Coimbra; em 12 de Junho de 1937 a direcção do GOLU está entregue a **Luís Gonçalves Rebordão** (n.s. João de Barros, iniciado na Loja A Revolta - seria dele que, como VM em 1924, partiu a ideia de criar lojas que recrutassem académicos, o que foi o caso das Lojas Rebeldia, Revoltar, Revoltando), tendo exercido o cargo até ao 25 de Abril de 1974; em 6 de Julho de 1938 é encerrada pelas autoridades a Tipografia Popular da Figueira da Foz, onde se publicava o importante jornal "A Voz da Justiça", pertença dos maçons da **Loja Fernandes Tomás**; em 1 de Março de 1942 é aprovado o Ritual do Grau de Aprendiz (alteração ao de 1928); em 1944 foi fundada a **Loja Democracia**, de Coimbra, a **Loja Gravito** (Aveiro) e **Emancipação** (Viseu); em 1956, houve lugar a um jantar comemorativo do 31 de Janeiro, em Estarreja, onde marcaram presença muitos maçons; em 1973 houve um grandioso almoço de confraternização no "Pompeu dos Frangos" (Anadia).

Os maçons de Coimbra e região reuniam-se, nesses tempos, em diferentes locais, com templos num prédio da **Rua das Covas** (ou Borges Carneiro) ao n.º 15, um outro existiu na rua das Esteirinhas, n.º 6 junto ao Sousa Bastos, outro no Pátio da Inquisição, n.º 6, local da redacção do periódico **A Revolta** ou mesmo no 1.º andar num prédio da rua da Sofia, onde reunia a **Loja Redenção**; na clandestinidade a cumplicidade e sociabilidade maçónica era comum em **instituições de ensino** (Colégio Portugal, de que era proprietário Luís Baeta de Campos, obreiro de A Revolta), **casas particulares** (casa de Fernando Valle, Coja; quinta de Reveles, de Contente Ribeiro; casa de José de Almeida Tinoco, obreiro de A Revolta e membro da AAA, na rua Abílio Roque (atual Padre António Vieira), nº 22; casa de Raul Madeira, em Soure; casa de campo de Manuel Gaspar de Lemos, nas Alhadas; casa de Francisco Alves Correia, em frente ao café Arcádia, Coimbra), **casas comerciais** (Turíbio de Matos, Casa Havaneza na Figueira da Foz), **restaurantes e cafés** [Brasileira, Santa Cruz, Faia Bar, Pinto de Ouro, Café Conímbriga (Condeixa), no Teimoso (Figueira da Foz) ou o "Pompeu dos Frangos" em Anadia], **Centros Republicanos** (José Falcão, em Coimbra), na **Universidade Livre**, em **Associações Culturais e Recreativas** (Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra, Ateneu de Coimbra, Coimbra Club, Clube de Futebol União de Coimbra) ou nos escritórios dos seus membros.

Bibliografia Principal Consultada: A. H. de Oliveira Marques (Ensaios de Maçonaria, 1988; A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo, 1983, 2ª ed.) | A Loja Fernandes Tomás n.º 212 da Figueira da Foz, 2001 | António Lopes (A Maçonaria Portuguesa 1926-1974, 2023) | António Ventura (Revoltar para resistir. A Maçonaria em Almada, 2010; Maçonaria em Portugal, 2013; A Luz vinha do Oriente, 2023) | Cristina Faria (As lutas estudantis contra a Ditadura Militar 1926-1932, 2000) | Daniel Madeira de Castro (História de uma Loja Centenária. Acácia, 2021) | Fernando Marques da Costa (Revista de Maçonaria n.º1), Novembro 2020 | João Paulo G. de Almeida e Sousa (Memórias da Vila da Irmânia, 2022) | Os Estudantes no regime fascista, I Vol., 1983 | Pedro Manuel Pereira e António Neves Pereira (Casa 4. A Loja dos Grão-Mestres Sympathia e União, 2009) | Revista do Grémio Lusitano n.º 1, Novembro de 1997 | Virgílio Vasconcelos Ribeiro (A Respeitável Loja Redenção, 2013) | Victor Marques (Respeitável Loja Liberdade, 2016).

Borges Grainha | Leonardo

25 DE ABRIL, SEMPRE! SEMPRE?

Nada está assegurado, nada é definitivo. Tudo o que o 25A trouxe e tudo o que permitiu foi uma POSSIBILIDADE de construção.

Obtivemos, no terreno libertado para o efeito, LICENÇA DE CONSTRUÇÃO e conseguimos bastante auxílio para o fazermos - pedreira, floresta, máquinas e instrumentos. E tempo! Emprestaram-nos a eternidade para edificarmos o melhor, o mais forte e mais belo.

Escolhemos o arquitecto, optámos pelo projecto, encontrámos financiamento, atirámo-nos à construção.

O resto é conhecido. 50 anos de avanços e recuos, de edificação e demolição, de espera e de retoma, de crescimento e de atrofia. Mas construímos.

Não é ainda a concretização do sonho, não é o paraíso na terra, não é a catedral desejada. Mas fizemos muito. Reconstruímos Jerusalém.

Defendamos o edificado, continuemos a construção!

BMBM